

NEGRA E TRAVESTI: REALIDADE E ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

Patricia Gabrielle Oliveira Rodrigues

Mestranda em Geografia e Geociências da UFSM

patirodrigues_85@hotmail.com

Resumo

Este artigo se propõe analisar a situação das travestis negras na sociedade, com foco no mercado de trabalho, considerando as bases racistas da sociedade brasileira que sustentam também o machismo e o sexismo por meio do olhar branco ocidental. Neste sentido, será feito um breve estudo sobre cor e gênero, buscando compreender a realidade deste grupo que sofre a todo momento inúmeras formas de violência. Assim, buscar-se-á identificar a realidade das travestis negras, que têm, segundo estatísticas, os mais baixos níveis de escolaridade e possibilidades de acesso ao mercado de trabalho formal.

Palavras-chave: racismo, travestis, gênero

Abstract

This article aims to analyze the situation of black transvestites in society with a focus on labor market considering the racist foundations of Brazilian society that also support the machism and sexism through white Western. In this sense, there will be a brief study on color and gender trying to understand the reality of this group that suffers every moment many forms of violence. So it will look indentifying the reality of black transvestites, who have, according to statistics, the lowest levels of education and opportunities to access the formal labor market.

Keywords: racism, transgender , gender

Introdução

Vivemos numa sociedade que se arquiteta por meio de múltiplas relações que se dão cotidianamente entre as pessoas. A cultura é inseparável do homem que por sua vez, é concomitantemente, reflexo e produtor social. Os padrões que ainda hoje são considerados legítimos constituem-se por meio dos contextos históricos, que ao mediar os atos em constância proporcionam a estes costumes e, conseqüentemente, modelos.

Tudo o que na sociedade considera-se fora da normalidade e até mesmo dentro dos estudos acadêmicos deve passar pela (des)construção e ser (re)pensado. Especialmente por compreendermos que, na maioria dos casos, o que é atribuído à “normalidade” é também mascarado e hierarquizado, tornando-se algo comum, assim como todos os problemas gerados pelas relações de poder.

Os estudos denominados Queer buscam abarcar as práticas sociais que arranjam a sociedade, onde são questionadas as ações normatizadoras que criam classificações e que, por sua vez, acendem a fantasia de que há estabilidade humana. Assim, ergue-se a necessidade de focar não mais no que é considerado desviado, fora do normal, mas no que é naturalizado, seja em termos de significados ou relações.

Para abranger a complexidade que o tema desta pesquisa, ainda em andamento, propõe, foi fundamental buscar uma metodologia capaz de atender aos desígnios exigidos pelo estudo do cotidiano. Tedesco (2003), ao arranjar uma releitura do tema, afirma que o significado da originalidade da etnometodologia é a percepção teórica dada aos fenômenos sociais. É uma ferramenta para avaliar os diversos processos que os indivíduos utilizam para consolidar seu agir cotidiano.

O método etnográfico tem como característica principal introduzir os agentes sociais com sua participação intensa e ativa capaz de alterar composições sociais. Neste sentido, André (1995) confere um realce aos feitos subjetivos do comportamento humano. Recomenda pois, a precisão de penetrar no mundo conceitual das pessoas para abarcar quais são os sentidos dados por estes aos acontecimentos e às influências recíprocas que se edificam no cotidiano.

Neste trabalho há fundamentalmente um contato direto da pesquisadora com a conjuntura em análise, o que tornará possível a restauração dos atos que se dão a partir da ensaio diário. Entre os procedimentos metodológicos destaca-se a observação

participante, que é uma técnica composta, à proporção que o observador, além de analisar, participa das diversas atividades do grupo.

Para este estudo é essencial além dos constantes encontros, um levantamento bibliográfico relacionado a temática, assim como a busca por dados. Sendo assim valiosa a utilização de documentos afim de explicar, contextualizar e aperfeiçoar informações.

Algumas reflexões sobre o sistema racista

Ainda que perante a lei os direitos da população negra estejam assegurados, nos encontramos numa eterna luta para que esta garantia seja real e positiva, permitindo que a sociedade brasileira se desligue desta cidadania paralela onde a população branca, classe média, vive mais de privilégios do que direitos. Ao contrário, a realidade da população negra continua com a sua cidadania comprometida em relação ao acesso às infraestruturas básicas e necessárias a uma vida com dignidade.

A alocação de superioridade então abarcava idéias como a de que eram as mulheres e homens negros, inferiores no que se refere à moral e ao intelecto devido a sua genética. Ainda que o conceito de raça não tenha valor científico, o racismo e o pensamento construído se mantêm nas suas diversas formas. É a partir deste pensamento que se reinventa, se reestrutura e se mantêm vivo ainda que comumente negado nos falsos discursos de igualdade e democracia.

Facilmente observado nas ausências negras dos lugares onde a elite branca apresenta-se em maioria ou totalidade e/ou a sua presença em massa nos ambientes considerados hierarquicamente rebaixados pela tipologia dos lugares. Com isso, ser negro em nosso país é ser discriminado, num sistema falso de uma democracia que o abandona e que é desvantajosa por si e mais ainda para quem carrega na pele e nos traços físicos a cor negra. É possível observar nos apontadores oficiais do Estado

Neste sentido, tem o discurso de raça um valor totalmente ideológico. Quijano (1997) afirma que a idéia de raça na América foi uma forma de conceder legalidade as relações de dominação atribuídas pela conquista após a América e a dilatação do colonialismo europeu as outras partes do mundo que levaram a preparação de uma forma de olhar eurocêntrica do

saber e com ela a concepção de raça como algo natural dessas relações de domínio colonial. De acordo com a história isso expressou uma inovada maneira de autenticar as práticas de relações coloniais há muito tempo existentes entre quem domina e quem é dominado.

Assim propõe Santos (1999), uma lista de situações onde é possível observar como a mutilação dos negros é intrincada e viva apesar de ser um evento desastroso no que se refere ao valor da própria cidadania, ocorrendo diariamente. O autor lista as oportunidades de emprego, a remuneração inferior, a desigualdade das oportunidades sejam estas de ordem social, profissional e econômica.

O fato de ser o racismo um sistema e não uma ideologia e, este, encontrar-se impregnado em todas as esferas e instituições da sociedade, torna impossível a aplicação destas pedagogias, uma vez que não compreendem as dimensões do mesmo. Há uma discussão sobre incentivo à diversidade ainda que, em algumas leituras, observe-se a postura de combate ao preconceito e intolerância.

Apesar disso, os mecanismos são fracos, pois não conseguem identificar um significativo e complexo sistema intrincado nas bases mais profundas da sociedade branca, ocidental, machista e sexista. Racismo não é preconceito, reduzi-lo apenas ao “preconceito” é não considerá-lo como um sistema portanto caminhar para nunca resolvê-lo. Neste sentido observa-se que:

Basicamente, postulamos que o racismo não é uma simples tecedura de preconceitos aberrantes, nem uma confabulação ideológica descartável, tampouco uma realidade oportunista surgida há pouco. Nossa hipótese de base é que se trata de uma forma de consciência/estrutura de origem histórica, que desempenharia funções multifórmicas, totalmente benéficas para o grupo, que, por meio dela, constrói e mantém um poder hegemônico em relação ao restante da sociedade. Tal grupo instrumentaliza o racismo institucionalmente e por meio do imaginário social para organizar uma teia de práticas de exclusão que lhe garante um acesso monopólico aos recursos da sociedade. Desse modo, preserva e amplia os privilégios sociais, o poder político e a supremacia total adquiridos historicamente e transferidos de geração a geração. Por sua vez, essa supremacia concreta adquirida ao longo de séculos de dominação, que alimenta o ego narcisista (individual e coletivo) do segmento racial dominante, permite que este se projete como geneticamente superior. (MOORE, 2011 p. 4)

Um outro modo de escapar do debate sobre o racismo, é considerar que este é uma doença contraída por algumas pessoas que podem a qualquer momento curar-se. A justificativa da diversidade como elemento natural e essencial para a vida relacionando-a a própria necessidade da natureza também costuma reduzir a intensidade e

complexidade deste na vida do negro. Tudo porque essa diversidade natural é o que vai fazer com que mulheres e homens negros sejam analisados pelo seu fenótipo.

De acordo com Moore (2011), o racismo teria surgido como uma consciência grupal totalizante que teria como função reservar o monopólio sobre os recursos da fração fenotípica-racial dominante. Neste viés, articula as estruturas de comendo da sociedade (jurídica, econômica e política), o imaginário social que, por sua vez, domina, e os indicadores de comportamento que regem a vida. Com isso é possível constatar que:5

O racismo é um sistema em si. Em todos os casos, consiste no outorgamento de vantagens automáticas e sistêmicas a um segmento populacional específico, em virtude de suas características fenotípicas, relacionadas ao controle e monopólio dos recursos. Como corolário, trata-se de uma ordem sistêmica que veda de maneira automática o acesso a esses recursos por parte do segmento subalternizado, por causa de suas características fenotípicas. Dependendo da sociedade em questão, aos critérios baseados no fenótipo podem juntar-se ainda outros, menos evidentes, como o da ascendência, do pertencimento étnico ou cultural etc. A sofisticação sistêmica do racismo contemporâneo reside, precisamente, no fato de que se fundamenta no fenótipo, porém estabelece sua legitimidade com base em argumentos *desracializados*, que lhe conferem maior cobertura e tenacidade. (Idem, p.16)

A partir daí constata-se que é uma ordem sistêmica, eficaz e complexa. Tais condições jamais se repetirão, assim, jamais poderão ter suas lógicas invertidas bem como é incoerente falar em “racismo negro”. Tudo isso porque, segundo o autor, tais referências seriam uma incompreensão cabal do que é consciência racista e sua função ao longo dos tempos. Esse sistema é reproduzido nos mais diversos setores da sociedade sendo incorporado, justificado e (re)produzido na academia através da história pelos, considerados, “grandes pensadores”.

Em outras palavras, racismo não é apenas o preconceito em si e o imaginário racista, ele une os arranjos em que se estrutura, os exercícios institucionais, as ações constituídas e firmadas no preconceito racial, a conduta discriminatória. Junto a esses fatores a falsa, porém forte concepção de que existe naturalidade nesta prática tornando quem vai de encontro a essa realidade, lutando a fim de enegrecer-se é desaprovado- um dos inúmeros entraves das vítimas do racismo.

Tomamos o racismo como uma doutrina, uma ideologia ou um sistema sobre o qual se apóia um segmento populacional considerado superior, por causa de características fenotípicas ou culturais, a fim de conduzir e subjugar um

outro, tido como inferior. Além de todos os aspectos presentes na definição, destacamos expressamente o caráter desumanizador inscrito na concepção de racismo. Em última instância, o racismo serve como forma de catalogação dos indivíduos, afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade de acordo com suas características raciais. Essa peculiaridade faz dele uma das justificativas mais recorrentes nos episódios de genocídio e em toda sorte de vilipêndios materiais e simbólicos que tenham por objetivo violar a integridade dos seres humanos. (FLAUSINA, 2008 p.16)

Foi o “mito da diferenciação genética” arruinado, entretanto seus efeitos não foram abolidos. As ciências biológicas não afirmam mais que há raças humanas distintas, todavia são aparelhos historicamente usados para dominar um grupo de pessoas. “No livro *corpo negro caído no chão*”, FLAUSINA (2008) retrata o plano genocida do Estado brasileiro e afirma:

Sim, o racismo existe. Existe e produz efeitos; cria assimetrias sociais; delimita expectativas e potencialidades; define os espaços a serem ocupados pelos indivíduos; fratura identidades; é o fiel da balança que determina a continuidade da vida e morte das pessoas.

No Brasil, país que forja uma imagem de harmonia racial tão descolada da realidade que toma por referência, o racismo sempre foi uma variável decisiva. O discurso racista conferiu as bases de sustento do processo colonizador, da exploração da mão-de-obra dos africanos escravizados, da concentração de poder nas mãos das elites brancas locais no pós independência, da existência de um povo superexplorado pelas intransigências do capital. Em suma, o racismo foi o amparo ideológico em que o país se apoiou e se apóia para se fazer viável. Viável, obviamente, nos termos de um pacto social racialmente fundamentado, do qual as elites nunca abriram mão. (Idem, p.17)

Essa falsa harmonia também chamada de “racismo cordial” pode ser entendida e definida como uma forma de discriminação contra mulheres e homens negros, ou seja, os não brancos, que se caracteriza por uma cortesia aparente e cobre uma conduta discriminatória que se anuncia de inúmeras formas em lugares e momentos. Algo que existe e atua sem parar, mas que se esconde no sentido implícito das palavras ditas, das atitudes, do imaginário. Tal “cordialidade”, contudo, se perde em meio ao projeto genocida do Estado brasileiro que nada tem de cordial, aos assaltos diários aos corpos negros, a violência simbólica, física e moral deste grupo.

Somos o nosso corpo: cor, gênero e sexualidade.

É inegável que a sociedade no Brasil seja em suas bases: classista, racista e sexista. Assim, a população branca, classe média, vive uma “pseudo-cidadania” onde tem mais privilégios que direitos, enquanto a realidade da população negra continua com a sua cidadania comprometida em relação ao acesso às infra-estruturas básicas e necessárias a uma vida com dignidade (ainda que a abolição tenha ocorrido há muito tempo).

Neste sentido, Santos (1999) propõe uma lista de situações na qual é fácil observar como a mutilação dos negros é, não só, um evento desastroso, no que se refere ao valor da própria cidadania, como também, diário. O autor lista as oportunidades de emprego, a remuneração inferior, a desigualdade das oportunidades sejam estas de ordem social, profissional e econômica.

Considerando que o racismo se dá a partir do fenótipo no qual o negro é visto como desigual, as marcas desta discriminação estão, de fato, presentes no nosso corpo e, segundo SANTOS (2002, p. 160), “o homem é seu corpo”. Neste sentido é correto afirmar que as pessoas de pele preta trazem as marcas da discriminação sofrida seja ela de modo individual ou coletivo. Assim:

Falamos, também, com o nosso corpo, pois eles portam os saberes nos gestos. Um negro no Brasil não entra numa agência bancária de cabeça erguida, olhando de um lado para outro, procurando um amigo. Ele sabe, com seu corpo, o racismo que quase sempre vê como um ladrão, o que pode lhe ser fatal, ou lhe proporcionar mais um momento de humilhação. Esse negro pode até falar sobre racismo ou ter participado do movimento negro, mas ele, com certeza, sabe o racismo. O negro sabe que tem que entrar de cabeça baixa porque a sociedade é racista. (GONÇALVES 2002, p. 278)

Ratts (2004) ressalta que nossos corpos possuem marcas tanto objetivas como subjetivas que são ideologicamente usadas para determinar os lugares que necessitam ser tomados por cada fração social. Neste sentido, tais espaços são vividos de modo diferente por negros e brancos, hegemonicamente. Isso vale para os espaços públicos também visto que há sempre um código de conduta que o determina juridicamente. Assim, tudo que se assemelha à negritude é inferiorizado e tal desigualdade dentro do Brasil, que se força a manter o racismo em sua estrutura, é colocada como um mero problema econômico, de classe.

Neste contexto, pensemos a realidade da mulher negra que, por sua vez, sofre o racismo e é diminuída por fazer parte de uma sociedade não apenas de bases racistas, mas que carrega em seu íntimo fortemente o machismo e o sexismo, por exemplo. De acordo com Silva (2003), a mulher negra se encontra atualmente vivendo basicamente a realidade vivida no período referente ao processo de escravidão no Brasil. É ela que fora posicionada na última escala social.

Ela não somente apresenta um baixo nível de escolaridade e rendimento, como a pobreza contribui para que tal realidade seja a condição para que este grupo não consiga ir de encontro à sua realidade. Além disso, ainda que haja uma ascensão deste grupo de mulheres, ao se comparar, por exemplo, o salário numa mesma função, é possível constatar as diferenças entre negras e brancas no quesito salário e possibilidade de crescimento.

Não menos importante, outro grupo estigmatizado pelas diversas faces do racismo e da sociedade branca, racista, ocidental, machista e sexista na qual vivemos, uma pseudo cidadania, são as travestis negras. Estas não somente sofrem assaltos a sua corporalidade pelo seu fenótipo, todavia por questões relacionadas ao gênero e sexualidade, por exemplo, como encontram-se, em linhas gerais, expostas a todo e qualquer tipo de violência, não encontrando para elas, nem os piores lugares reservados em termos de trabalho formal.

Não há representação positiva por parte da mídia, escola e outros meios de comunicação e instituições assim como não possuem representatividade nos espaços de disputa, o que torna cada vez mais difícil a inserção destas no que se refere aos direitos a uma cidadania eficaz e verdadeira.

Segundo Silva (2009), o aspecto atribuído a categoria “mulher”, que fora considerado em 70 devido à sua relação com o biológico, necessitou ser rapidamente repensado. Ao compreender que há uma construção cultural que rotula os corpos, Butler (2003) alega ser questionável a simplicidade com que são consideradas as características físicas que edificam a complexa e forte heteronormatividade.

A partir das leituras será utilizado o termo travesti de acordo com Silva (2009) que o avalia da seguinte maneira:

O termo “travesti”, aqui utilizado, significa e nomeia seres humanos que possuem um corpo biologicamente masculino e identidade de gênero feminina. Para atingir o ideal da aparência do gênero adotado e

representar sua identidade, essas pessoas tomam hormônios femininos, usam silicone e realizam várias outras transformações corporais. O termo “travesti” é compreendido de diferentes formas em distintos contextos espaciais. Há um problema semântico que envolve associações do termo “travesti” a transgênero e transexual para nomear pessoas que apresentam uma dissonância entre o corpo biológico e a identidade de gênero. A tradução de travesti para o inglês seria *transvestite*. Contudo, o termo em inglês não se coaduna com os sujeitos aqui enfocados, já que ele é utilizado para nomear homens que se vestem “eventualmente” como mulheres. (p. 135)

Complementa a autora que o grupo estudado é nomeado de modo mais relevante na língua inglesa através da palavra “transgender”. Nesta perspectiva, a mesma ressalta que a palavra “transexual” ao referir-se a uma pessoa que deseja e/ou realiza cirurgia fazendo a mudança de sexo e o grupo ao qual se refere e que faz parte da avaliação deste trabalho são as que não desejam a mudança e permanecem com o órgão masculino. É um grupo que possui uma identidade própria, o que desconsidera qualquer associação preconceituosa e que pretende, intencionalmente, inferiorizar o grupo comparando-as a uma falsificação feminina. Ou seja:

As travestis são seres que desafiam a ordem binária de organização do sexo, gênero e desejo, instituindo complexas relações espaciais. Em geral, as travestis são representadas pela beleza dos corpos, transformados por hormônios e silicones, e pela exuberância de seu gestual e *performance* corporal. (Id. p. 136)

Butler (2003) ao considerar a existência de uma identidade que se edifica na vivência, na qual se considera as experiências as ações múltiplas mostra-se contra a concepção estável do tema que, por sua vez, propõe uma identidade única. Ao desconstruir a suposta naturalidade (sexo, gênero, desejo) a autora alega a existência de uma construção cultural que atribui aos corpos características fêmea ou macho.

A autora propõe, neste sentido, outras possibilidades de combinações e, dentre essas, as travestis. O grupo das travestis vai de encontro a qualquer concepção que ordena o mundo heteronormativo sendo, assim, mulheres que lidam cotidianamente com o mundo, mas que não a são em sua fisiologia.

Essas práticas se dão no cotidiano e é nele também que edifica a consciência no que se refere a ser ou não mulher e homem. Examina-se, pois, a existência da constituição de um campo unidimensional que as travestis confrontam e tornam-se produto ao mesmo tempo o constroem e (re)constroem.

Sendo assim, tudo que se refere às experiências do indivíduo precisa ser essencialmente considerado, pois é avaliando as formas culturais e de feições diversas que trazemos a tona possibilidades maiores que os discursos dominantes. A lógica da dominação é vista muitas vezes de maneira nítida, entretanto criar caminhos de libertação não é tão simples, já que a capacidade incide justamente nessa visibilidade prolixa, nesta limpidez fortemente controladora.

As reflexões de Butler (2003) indicam empenho no que se refere a desconstrução do que entendemos como “gênero, sexo e mulher”. Tudo isso para que possamos (re)pensar o próprio sentido de mulher na sociedade. Ao alegar a existência de um contexto histórico, a autora afirma ser tal construção influente sobre o sexo biológico. Ao pôr em questionamento as categorias pode-se afirmar que:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado. (BUTLER, 2003, ps. 24-25)

Em outras palavras, é o gênero uma construção e não um resultado do biológico antecipadamente oferecido. Há pois, nesta perspectiva a possibilidade de questionamento não somente dos discursos todavia da prática a estes integrada. A liquidez destas categorias passam a todo tempo por negociação, na existência e nos fazeres cotidianos das travestis.

Fazem, as travestis, a modificação para tornar seus corpos mais femininos em contrato com o que este concebe de acordo com as regras (sociais e culturais). Para Benedetti (2005), por meio das tranformações do corpo, é a construção da feição feminina a maior aquisição de uma travesti onde se edifica também o feminino.

Os valores permitem as instituições elementos que ordenam funções e ao instituir uma realidade prática há estruturas para estes conservar. A partir do momento em que uma pessoa ou um grupo busca subverter busca-se a correção destes, como se a não integração ao que deve ser a todos comum seja reflexo de alguma anomalia.

Assim o diferente, é apontado como anormal e segundo Berger & Luckmann (2006) caso não haja a possibilidade de alinhamento, buscar-se-á o extermínio. Por não se

emoldurarem nas preceitos de gênero indicados pela sociedade as travestis são apagadas da mesma.

Educação, acesso e permanência.

No que se refere aos grupos no qual nos inserimos ao longo da vida, depois da família, a escola é a instituição responsável pelas relações de sociabilidade tanto de crianças quanto de jovens. É de extrema importância compreender que os primeiros ensaios práticos para descobrir são capazes de determinar o alicerce da trajetória escolar tornando-a complicada ou serena. Compreender o processo de identidade negra travesti é, ao mesmo tempo, trazer para os nossos dias a discussão de uma identidade negada e violentada.

Ao ser um direito de todos precisa respeitar – a todos. Apesar disso, se mantem como fonte reprodutora das desigualdades acirrando-as cada vez mais. Assim mantem o racismo, o machismo o sexismo dentre outros fatores que fazem com que determinados grupos não permaneçam do ambiente escolar.

Recusando o conceito de evasão, assim como Freire (1991), uma vez que esta não é uma alternativa justa entre optar pelo estudo ou não e sim um reflexo da atual conjuntura. Para o autor as crianças pobres brasileiras não abandonam a escola porque assim desejam, mas são expulsas da mesma, por uma estrutura da própria sociedade que impõe obstáculos dentro e fora da escola.

Neste sentido, educar não é transmitir conhecimentos, mas criar possibilidades para a produção do saber. Não é uma ação que dispensa outras, mas que trabalha em conjunto e ordena outros fatores como método, no qual o educador orientado por este saber precisa fortalecer a competência crítica do educando dando-lhe assistência.

O racismo no Brasil se dá em três extensões: moral, intelectual e estética. Sobre a forma como se aprende e apreende o racismo propõe Boris (2004), que este é um episódio privado pertinente à dimensão psicológica do indivíduo. Para a autora, reside no âmbito da subjetividade sendo aprendido com outras pessoas através da convivência empilhando-se em todos os contatos a partir da primeira infância. Segundo Valle Silva e

Hasenbalg (1999), é no procedimento de obtenção de educação que reside o núcleo das desvantagens que indivíduos negros ou pardos sofrem na sociedade brasileira.

Complementando a relação para as travestis negras a escola é, segundo Silva (2009), um ambiente de sofrimento diário à sua autoestima que torna nula as possibilidades porvindouras de conquistas materiais e sociais. Ela reproduz a hegemonia heteronormativa sendo um ambiente em que este grupo é obrigado a conviver, o que se torna um enorme sofrimento.

A maioria das travestis entrevistadas afirmam, ter sido, o ambiente escolar o espaço de maior sofrimento e não aceitação. Esta última vinha acompanhada de risos, de piadas tanto dos alunos quanto do corpo docente e outros funcionários. Todas relacionadas a cor, aparência e orientação sexual. As dificuldades que inicia na escola não acaba nos portões desta.

A impossibilidade de uma educação formal capaz de proporcionar respeito e dignidade aos seus educandos é um fator que dificulta a permanência da população negra, quando a esta, adiciona-se o fator sexualidade e gênero concebido dentro dos padrões ocidentais as estatísticas são mais agravantes.

O indicador universalista europeu converteu-se numa forma alienante a proporção que fez-se calar a argumentação sobre o exercício também escondido, porém ordenado e generalizado, da discriminação. De forma hipócrita e superficial, esta discriminação é protegida pelo discurso do mérito passando a se desvincular de qualquer princípio em virtude do qual os efeitos se ligam às causas sociais e de manter-se à superfície de vazio histórico.

Como se uma pessoa adversa às privações sofridas ao longo de seu caminho na conclusão da disputa ajusta-se a altura a todos os seus adversários de melhor posição social. Não foram as condições para competir que se universalizaram, contudo a concorrência. Em momento algum é posto em conta o valor do caminho percorrido, apenas a conjecturada recompensa.

Em geral, no imaginário, na TV, no cotidiano, nos livros didáticos, o negro ocupa um lugar que é (pré) definido, ou seja, bandido, escravo, empregado e se, por algum motivo, este tiver sido representado de forma contrária a estas mencionadas há uma aproximação do fenótipo branco. Ora é subestimado ora anulado, em ambos os casos são validados o racismo e, por conseqüência, a sua invisibilidade

A negra travesti não se encontra representada por ninguém de seu grupo em instância alguma. Para ela não há nem os piores lugares reservados na sociedade. Esta última trata como defeito a cor e, posteriormente, as relações relacionadas ao que concebe por gênero, a forma como se veste e age. Este grupo encontra-se exposto a todo tipo de violência, principalmente a de não ser respeitado como se identifica começando pelo nome na carteira de identidade.

Assim como melhoria na escola, é essencial a urgência de políticas públicas para este grupo que é criticado por não ter trabalho formal, mas a este não é conferida possibilidade alguma. Identificar as trajetórias de vida permite observar quais são as questões mais difíceis e onde estão as bases para a dificuldade de acesso no mercado de trabalho formal. O problema de acordo com as entrevistas inicia-se nas escolas e passa após a maioridade, a ser a aceitação no trabalho formal. Muitas afirmam ser desde pequenas chamadas de prostitutas.

Ainda que no início do trabalho foi possível observar a capacidade que este grupo tem de criar possibilidades. Contudo, estas devem ter, assim como todos os seres humanos a oportunidade de escolhas e de uma vida onde seus direitos estejam garantidos não somente perante as leis, mas garantidos no cotidiano.

Foi observado ainda que a busca pela homogeneização apenas segrega, visto que este grupo possui suas especificidades e o amparo ao mesmo precisa considerar tais diferenças. O resguardo vai desde o auxílio as mudanças físicas até mesmo a inserção e permanência deste grupo no ambiente escolar e conseqüentemente no mercado de trabalho. Ao ter alternativas diversas em relação a carreira, é fundamental que sejam respeitadas e tenham a prostituição como uma escolha e não como a única possibilidade de se manter.

Referências Bibliográficas:

- BENEDETTI, Marcos. *Toda feita*. Rio de Janeiro: GARAMOND/CLAM, 2005.
- Berger, T. & Luckmann, P. *Construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.2006
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 236 p.

DA SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERRAROTTI, Franco. Industrialización e Historias de Vida. Revista Historia y Fuente Oral, n.º 09, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1.993.

FLAUSINA, Ana Luiza Pinheiro. “Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Educação como prática da liberdade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A invenção de novas geografias. In: **Territórios**. Programa de pós-graduação em geografia. UFF/AGB. Niterói, 2002, p. 257-284.

HASENBALG, C., SILVA, N. do V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. In: SILVA, N. do V., HASENBALG, C. Relações raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

_____. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

_____. HASENBALG, Carlos A.; VALLE SILVA, Nelson do. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

LUCAS, R. E. A. Educação formal/rural permeando as relações do campo: um estudo de caso na Escola de Ensino Fundamental Cândida Silveira Hauban- Tempo Integral- Arroio Grande/ RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pelotas 2008.

MOORE, Carlos. A Humanidade contra si mesma para uma nova interpretação epistemológica do racismo e de seu papel estruturante na história do mundo contemporâneo. In: II Fórum Internacional Afro-colombiano”. Bogotá, 18 de Maio de 2011.

RATTS, Alecsandro J. P. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, nº 17-18, jan/dez.2004, p. 77-88.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-*

americanas. *Edgardo Lander (org)*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

REIS, Elisa Maria Pereira. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. In.: *Revista Estudos Históricos – CPDOC*, Rio de Janeiro, nº 2, sem.2, 1988.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho de; ECKERT, Cornélia. O tempo e a cidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005

SANTOS, H. Políticas públicas para a população negra no Brasil. ONU, 1999

SANTOS, Milton. As exclusões da globalização: pobres e negros. In: FERREIRA, Antônio Mário (Org.). **Na própria pele**: os negros no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, CORAG/Secretaria de estado da Cultura 1999

_____ Ser negro no Brasil hoje. In: **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002, p. 157-161.

SILVA, Joseli Maria (Org.) Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade. Ponta Grossa PR: Todapalavra, 2009

SILVA, Maria Nilza da. A Mulher Negra. **Revista Espaço Acadêmico**. Março de 2003, ano II n. 22.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. “Chegou à hora de darmos a luz a nós mesmas: Situando-nos enquanto mulheres e negras”. **Cad. CEDES**, julho 1998, vol. 19 n. 45, p. 7 – 43.

SCHUMACHER, Scuma; VITAL BRAZIL, Érico. Mulheres Negras do Brasil. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral (Tradução Lólio Lourenço de Oliveira). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.